

ANTICOMUNISMO, INTELECTUAIS E UNIVERSIDADES NAS AMÉRICAS CONFEDERAÇÃO ANTICOMUNISTA LATINO-AMERICANA A SERVIÇO DA HEGEMONIA CAPITALISTA NO PÓS-GUERRA

ANTICOMUNISM, INTELLECTUALS AND UNIVERSITIES IN THE AMERICAS: THE LATIN AMERICAN
ANTICOMUNIST CONFEDERATION AT THE SERVICE OF CAPITALIST HEGEMONY IN THE POST-WAR

Marcos Vinicius Ribeiro¹

Palabras clave *Resumen*

Intelectuais,
Universidades,
Anticomunismo

Recibido

18-12-22

Acceptedo

25-4-23

Para a compreensão do grau de sofisticação e organização alcançado pelas ações de grupos anticomunistas no subcontinente latino-americano, e mundial, é preciso atentar-se para a formação dos intelectuais que se organizaram nos vários *staffs* que funcionaram como casamatas de defesa de um posicionamento intransigente com relação a uma miríade ampla de oposições ao *status quo* capitalista. Nesse caminho, destacamos o protagonismo das ações imperialistas dos EUA em termos de controle material e ideológico das conjunturas diversas que compõem o quadro amplo e multifacetado de países que sofreram intervenções variadas e contínuas no contexto americano. Do ponto de vista da historicidade do referido processo, destacamos as inúmeras transformações pelas quais passaram o mundo da produção bélica que foi o principal colaborador para que parte da intelectualidade acadêmica e universitária aderisse a pautas extra-universitárias e anticomunistas em alguns dos principais países americanos. Para a mostra dos resultados, apresentamos a atuação da Confederação Anticomunista Latino-americana como um dos principais grupos receptores e difusores de estratégias de combate ao comunismo.

Key words *Abstract*

Intellectuals,
Universities,
Anticommunism

Received

18-12-22

Accepted

25-4-23

In order to understand the degree of sophistication and organization reached by the actions of anti-communist groups in the Latin American subcontinent, and worldwide, it is necessary to pay attention to the formation of intellectuals who organized themselves in the various stages that functioned as blockhouses to defend an intransigent position with respect to a wide myriad of oppositions to the capitalist *status quo*. In this way, we highlight the protagonism of US imperialist actions in terms of material and ideological control of the conjunctures that make up the broad and diverse framework of countries that suffered varied and continuous interventions in the American context. From the point of view of the historicity of that process, we highlight the countless transformations that the world of war production went through which was the main contributor for the part of the academic and university intelligentsia to joined to extra-university guidelines and anti-communist in some of the main American countries. As a result, I present the performance of the Latin American Anticommunist Confederation and its anticommunist action of reception and dissemination of strategies to combat communism in universities.

1 Universidade Estadual de Goiás, Brasil. C.e.: marcos.ribeiro@ueg.br.

INTRODUÇÃO

A Confederação Anticomunista Latino-americana (CAL² foi uma organização que respaldou intelectuais de países americanos para combater o avanço da ideologia comunista entre os anos de 1970-1980. Atuou em muitas frentes de ação, abarcando diversos temas e sujeitos da política, economia, cultura e imprensa do subcontinente. A universidade e o ensino universitário foram um dos campos de atuação dos sujeitos que dela fizeram parte, sendo que, ao longo deste artigo, nossa intenção é avançar na avaliação de seus métodos de organização e apresentar de forma inédita a evidência encontrada nas fontes históricas deixadas pela organização a preocupação em torno do tema do ensino e da educação, sendo estes pontos nodais para a construção de sua visão de mundo, inseridos em uma estratégia da CAL que fez parte de um conjunto de ações de grupos articulados sob as mais diversas metodologias, mas com objetivos comuns de planejar, organizar e executar táticas o combate ao comunismo. Recuperamos o histórico de algumas dessas organizações a seguir e na sequência aprofundar na CAL.

Segundo o cientista político uruguaio radicado no Brasil, René Dreifuss (1987), os primórdios de uma ação organizada por intelectuais³ sob os auspícios do imperialismo⁴ estadunidense remete ao início do século xx. O Council on Foreign Relations (CFR), fundado em 1918, seguiu premissas de ações coordenadas por meio da elaboração de conselhos técnicos e empresariais, baseado na metodologia de formação de sujeitos inclinados a produzir estudos econômicos e sociais com o objetivo de influenciar políticas de Estado. Podemos considerar a reunião de tais sujeitos como “Estados Maiores”, terminologia de origem militar que busca explicar onde está o comando das ações no processo de hegemonia, já que a efetividade das ações dos grupos políticos, logo após a primeira década do século xx, ganhou traços metodológicos induzidos por uma forma organizativa e acadêmica, relacionado ao alto grau de influência exercido por intelectuais e grupos de elesligados as universidades e à reconstrução do mundo no pós-guerra.

No contexto britânico, surgiu o Political and Economic Planning (PEP) em 1931. A matriz britânica de estudos econômicos e sociais, propositalmente alinhada com os objetivos da CFR, resultado da exportação estadunidense dos modelos organizativos

2 Para aprofundar o debate sobre a estruturação e funcionamento da CAL, Cf. Marcos Vinicius Ribeiro (2021).

3 Trabalho com a concepção de intelectual formulada por Antônio Gramsci, esmiuçada por Pasquale Voza da seguinte forma: “[sobre a ação dos intelectuais é preciso] (...) olhar para as funções ‘organizativas’ e ‘conectivas’ dos intelectuais, isto é, para as funções que eles desenvolvem de forma de vez em vez peculiares e historicamente determinadas, nos processos de formação da hegemonia” (Voza 2017, p. 431).

4 Aqui consideramos a noção de imperialismo trabalhada por V. I. Lenin, especialmente no que se refere a concepção da ação do Estado capitalista imperialista na passagem do livro “O Estado e Revolução”, mais especificamente na seguinte passagem extraída do artigo de Caoi Bugiato: “a verdadeira função do Estado desenvolve-se nos bastidores, é executado pelos departamentos, chancelarias, estados maiores” (Bugiato 2017).

que se fortaleceram naquele contexto, apareceu do sistema parlamentarista inglês, como oposição ao avanço do Partido Trabalhista, respeitando a especificidade das ações reacionárias contra os grupos progressistas mobilizados no parlamento daquele país. Para Dreifuss, o PEP, mais do que um instituto de pesquisa, era um grupo de grupos, eminentemente orientado para a ação, visando reproduzir um modelo organizativo de intelectuais acadêmicos que deveriam induzir a percepção de grupos estatais e paraestatais a respeito da importância de se defender determinadas bandeiras econômicas, políticas e sociais consortes à hegemonia capitalista de cunho liberal.

Em seguida, logo após o início da Segunda Guerra Mundial, a ampliação dos negócios relacionados à indústria bélica estadunidense, equacionada a lógica da acumulação ampliada de capital, obteve significativo avanço para o acirramento do conflito e seu desfecho, com o início da Guerra Fria, aprofundado com a solução encaminhada pelo Plano Marshall.⁵ O imperialismo estadunidense ganhou feições militaristas modernizadas, sobretudo no que se refere ao plano de hegemonia organizado e destinado aos países da América Latina. O contexto interno estadunidense, que garantia a ampliação do arsenal industrial em questão, foi sustentado ideologicamente pelo anticomunismo como premissa principal a respeito do inimigo a ser combatido.

Nos anos de 1960, a Aliança para o Progresso, por exemplo, financiada pelo multimilionário estadunidense Nelson Rockefeller, mas que contou com vultuosos recursos do Estado, foi implantada na América Latina como medida de contenção à Revolução Cubana, e também teria influenciado amplos grupos de intelectuais universitários, das ciências agrárias, principalmente, com a difusão de pacotes tecnológicos aplicados a agricultura modernizada.⁶ Segundo Vicente Gil da Silva, a Aliança Para o Progresso foi estruturada em oposição a Revolução Cubana, porque: “Os aliados de Kennedy acreditavam que a lição ensinada por este episódio não deveria ser esquecida: seria preferível uma ‘revolução controlada’ a uma revolução comunista” (Silva 2018).

O anticomunismo mundial, que baseou as ações da Aliança para o Progresso, por exemplo, atingiu seu apogeu quando junto aos gastos militares estadunidenses após a Segunda Guerra Mundial. Durante o governo de Dwight David Eisenhower, nos anos de 1950, houve a afirmação do Complexo Militar Industrial (CMI) que teve como principal representante mundial os EUA. A indústria bélica do pós Segunda Guerra exigiu a ampliação dos circuitos de acumulação expandindo um conjunto sistemático de medidas de adequação aos mais diversos contextos sociais. A CAL surgiu quando a maturação das condições materiais herdadas pela expansão da indústria bélica do pós-guerra entrou em declínio. A crise estrutural do capitalismo, que se estabeleceu a

5 Plano de estabilização das economias europeias do pós Segunda Guerra. Levou o nome de seu mentor, o general estadunidense George Marshall. Com ele, Marshall foi acusado de defender o expansionismo imperialista estadunidense, a qual respondeu que o objetivo do plano era a criação de um mundo que “permitisse o surgimento de condições políticas e sociais em que instituições livres pudessem existir” (Allen 2022, p.1).

6 Sobre essa questão, Cf. Ribeiro, Wolfart y da Silva (2020).

partir dos anos de 1970, colocou na agenda dos intelectuais reacionários a disseminação de uma pauta anticomunista artificial, mas com consequências orgânicas evidentes. A seguir, trato do contexto de articulação destas principais organizações.

GUERRA FRIA E ANTICOMUNISMO

O anticomunismo foi usado de forma extensiva nos países latino-americanos. Além de se configurar como uma forma de contenção aos movimentos oposicionistas às pautas do imperialismo estadunidense na região, ele alimentou iniciativas de treinamentos especializados que acompanharam a transferência de tecnologias bélicas. Embora o anticomunismo seja uma ideologia reativa que já estava em uso mesmo antes da Segunda Guerra Mundial, é notório o incremento dessa ideologia no pós Segunda Guerra, transformada em forma de combate com o início da Guerra Fria, conforme discutido por Mendonça,

[...] uma disputa entre ideologias e modelos de organização político-econômica, mas também um empreendimento criativamente exigente e economicamente caro; uma corrida entre sistemas de ciência e tecnologia, entre aparelhos industriais de segurança e defesa. (Mendonça 2014, p. 113)

Um exemplo da crescente investida anticomunista na área educacional pôde ser observada nos manuais escolares estadunidenses que estavam recheados de valores reacionários. A partir de conteúdos noticiosos, e de forma complementar, os jornalistas também aderiram ao plano ideológico anticomunista e difundiram investidas contra a iniciativa soviética de estabilizar relações comerciais com países americanos, revelando uma posição radicalmente contrária à política de convivência com o bloco soviético nos anos de 1960, e, em 1965, uma comitiva de jornalistas estrangeiros constataram a “ortodoxia anticomunista dos *mass media* americanos” (Parenti 1970).

Os *experts* científicos, os soviétólogos e Kremlinólogos das diversas universidades, foram tão ativos quantos os jornalistas comuns na propagação dos estereótipos anticomunistas. Muitos deles eram emigrantes da Europa Oriental, como Zigniev Brzezinski, ou ex-comunistas, como Bretan Wolfe, que já eram profundamente anti-soviéticos muito antes de decidirem tornar-se especialistas em assuntos soviéticos. (Parenti 1970, p. 70)

Sendo que,

O anticomunismo tem sido a pedra angular da concessão de prioridades em inúmeras outras esferas da vida americana. “Cegou a tal ponto”, lamentou James Reston, “que é impossível conseguir dinheiro do Congresso para uma escola ou estrada sem argumentar que o fracasso na construção de tais coisas significaria um êxito do comunismo...”. (Parenti 1970, p. 71)

Portanto, o anticomunismo foi incorporado como premissa política e ideológica da sociedade civil e do Estado. A análise do Estado difundida por Antônio Gramsci nos ajuda a compreender a ampliação significativa do anticomunismo, sendo que nesta proposta, o Estado é organizado dialeticamente com a sociedade civil, operando por

meio dos aparelhos privados de hegemonia, conjunto de organizações que atuam a partir da defesa de determinadas posições e pautas específicas que visam influenciar e pautar a ação do Estado *stricto sensu*.⁷

Praticamente todas as indústrias pesadas dos EUA tinham contrato com o governo estadunidense. Armamentismo, militarismo, violência e capitalismo são alguns dos principais aspectos da Guerra Fria considerados neste artigo para abordar a difusão do *american way of life*. Para incrementar este projeto os países latino-americanos, sofreram golpes de Estado e quarteladas em prol da segurança hemisférica.

Nos Estados Unidos, a internacionalização da indústria armamentista foi um fator significativo do posicionamento do país no cenário internacional e se sustentou com métodos de convencimento interno, por um lado, com a articulação entre pesquisa acadêmica e consenso jornalístico, por outro, demarcado pela ampliação da acumulação pautada no crescimento exponencial dos investimentos bélicos, que se tornou a base material mais proeminente, mas não a única, a influenciar instituições do Estado e organizações da sociedade civil. As universidades e parte de seus intelectuais não escapariam a esta escalda do incremento material da indústria bélica.

INTELECTUAIS, IMPERIALISMO E VIOLÊNCIA

A atuação das organizações cosmopolitas, comprometidas com a hegemonia capitalista, recuperou o sentido de totalidade presente na rearticulação do projeto de acumulação ampliada dos circuitos capitalista. Uma das insígnias desse processo foi problematizada por Perry Anderson. Baseado na crítica aos projetos de rearticulação das economias capitalistas do pós Segunda Guerra, Anderson avaliou a polarização presente entre os projetos capitalistas representados, por um lado, na fórmula keynesiana do *Welfare State*, e, por outro, a neoliberal, presente nos escritos de Hayek que mais tarde seriam defendidas pelo economista Milton Friedman.

A partir da reunião de Mont Pelerin na Suíça, se estruturou um bloco de intelectuais neoliberais cujo objetivo era atacar o *Welfare State* europeu e o *New Deal* estadunidense baseados nas ideias de John Maynard Keynes. Dentre seus participantes, Anderson mencionou: “Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros” (Anderson, 1995).

O economista austríaco Friedrich Hayek foi um dos expoentes do que se convencionou denominar “neoliberalismo”. A obra “O Caminho da Servidão” (Anderson 1995),⁸ foi

7 Para aprofundar a análise do Estado em Gramsci, Cf. Christinne Buci-Glucksmann (1980)

8 Perry Anderson fez a seguinte avaliação sobre o livro “O Caminho da Servidão” de Frederick Hayek: “Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciada como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política”. O alvo imediato de Hayek, naquele momento, era o Partido Trabalhista inglês, às vésperas da eleição geral de 1945 na Inglaterra, que este partido efetivamente venceria. A mensagem de Hayek é drástica: “Apesar

um dos manifestos desta tendência e veio a público no ano de 1944, portanto, três anos antes da reunião dos intelectuais articulados em Mont Pelerin, que ocorreu em 1947.

A reconstrução dos países europeus envolvidos com a guerra foi patrocinada pelos excedentes econômicos conquistados pelos EUA durante a Segunda Guerra Mundial com a constituição do *Welfare State*. Ao redistribuir o capital para o retorno e reestruturação das principais economias europeias e asiáticas à órbita do bloco capitalista, os EUA impuseram condições. A reativação da produção foi dirigida pela exigência de contenção de revoluções que foi traduzida na composição da Doutrina Truman e do Plano Marshall. Segundo Padrós:

O medo de turbulências sociais e a possibilidade de avanços dos partidos de esquerda no velho continente levaram o tesouro americano a uma intervenção cirúrgica nas frágeis economias europeias e japonesa do pós- guerra. Para revitalizar o capitalismo dessas regiões, era fundamental desobstruir os canais do comércio mundial e afastar o perigo de qualquer fantasma revolucionário. Em relação a esta última afirmativa, deve-se lembrar que, durante os primeiros anos do pós-guerra, enquanto a União Soviética consolidava a sua posição no Leste europeu, a esquerda mostrava-se muito forte na França, Itália e Grécia. Esta situação levou os EUA a elaborar a Doutrina Truman, eixo norteador da sua política externa no alvorecer da Guerra Fria e que antecedeu em alguns meses o Plano Marshall, do qual não pode dissociar-se. No dia 5 de junho de 1948, o Secretário de Estado George Marshall, discursando na Universidade de Harvard, defendeu o aumento da ajuda econômica à Europa. Os objetivos do Plano Marshall eram: a) reconstruir a sociedade capitalista global; b) recompor a economia europeia; c) integrar o Ocidente europeu à economia americana; d) adequar a imensa defasagem entre os dólares e ouro existentes nos EUA e a falta deles entre os aliados ocidentais. (Padrós 2000, p. 27)

O historiador da diplomacia sul-americana, Luiz Alberto Moniz Bandeira dedicou-se ao estudo dos acordos firmados entre Brasil e Argentina, sob influência dos EUA,

de suas boas intenções, a social-democracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão, uma servidão moderna". *Ibid.* p. 9. Mais adiante, o mesmo Anderson citou a experiência chilena durante o *pinochetismo* como a porta de entrada efetiva do neoliberalismo na América Latina. Mas não só isso, o *pinochetismo* foi a primeira experiência neoliberal. Segundo Anderson, "No Chile, naturalmente, a inspiração teórica da experiência pinochetista era mais norte-americana do que austríaca. Friedman, e não Hayek, como era de se esperar nas Américas. Mas é de se notar que a experiência chilena dos anos 70 interessou muitíssimo a certos conselheiros britânicos importantes para Thatcher, e que sempre existiram excelentes relações entre os dois regimes nos anos 80. O neoliberalismo chileno, bem entendido, pressupunha a abolição da democracia e a instalação de uma das mais cruéis ditaduras militares do pós- guerra". Perry Anderson (1995, pp. 18-19). Mais adiante, Anderson faz referência à Bolívia, "Se o Chile, nesse sentido, foi a experiência-piloto para o novo neoliberalismo dos países avançados do Ocidente, a América Latina também proveu a experiência- piloto para o neoliberalismo do Oriente pós-soviético. Aqui me refiro, bem entendido, à Bolívia, onde, em 1985, Jeffrey Sachs já aperfeiçoou seu tratamento de choque, mais tarde aplicado na Polónia e na Rússia, mas preparado originariamente para o governo do general Banzer, depois aplicado imperturbavelmente por Victor Paz Estenssoro, quando surpreendentemente este último foi eleito presidente, em vez de Banzer. Na Bolívia, no fundo da experiência não havia necessidade de quebrar um movimento operário poderoso, como no Chile, mas parar a hiperinflação. E o regime que adotou o plano de Sachs não era nenhuma ditadura, mas o herdeiro do partido populista que havia feito a revolução social de 1952. Em outras palavras, a América Latina também iniciou a variante neoliberal « progressista », mais tarde difundida no sul da Europa, nos anos de euro-socialismo. Mas o Chile e a Bolívia eram experiências isoladas até o final dos anos 80" (Anderson 1995, pp. 19-20).

nos anos de 1960. Neste período, as pautas do FMI e Banco Mundial, controladas pelos EUA, foram impostas aos dois países que passaram por um entendimento de cooperação que definiu, sob certa aparência “neutralista” com relação a Revolução Cubana e a URSS, a ampliação da influência estadunidense sobre suas economias.

Os acordos de Uruguiana, alcançados por Quadros e Frondizi em 1961, constituíram a pedra angular dessa variante de neutralismo, uma vez que a aliança com o Brasil propiciava à Argentina o necessário suporte externo para que pudesse ensaiar, com a questão de Cuba, uma política de relativo descomprometimento na Guerra Fria, mantendo certa independência e equidistância crítica no conflito ideológico e militar entre os EUA e a URSS (Bandeira 2003, p. 334).

A base de cooperação econômica estabelecida nos acordos de Uruguiana, e enossada pela reunião de Punta del Este foram, sob o ponto de vista da manutenção da hegemonia estadunidense, foram catalisadores de uma nova onda de golpes de Estado e quarteladas. Tradicionalmente interessados pelos assuntos que afligem o contexto econômico latino-americano, os EUA agiram, segundo Bandeira, com a conivência dos militares, mais do que com o apoio da Chancelaria. A neutralidade nas relações internacionais entre Brasil e Argentina em relação a Cuba e URSS foram influenciados pela vigilância estadunidense. Tratava-se da histórica preocupação daquele país com a tutela política, sob influência sobre a América Latina. Franck Gaudichaud inclui os eventos mencionados em uma cronologia ampla, mencionando as várias metodologias de intervenção via política, praticadas pelo Departamento de Estado via doutrinas expansionistas dos EUA. Em 1924, Robert Lansing, secretário de Estado do presidente Woodrow Wilson, observava:

Devemos abandonar a ideia de instalar um cidadão norte-americano na presidência mexicana, pois isso nos conduziria fatalmente a uma nova guerra. A solução não será imediata. Temos de abrir as portas de nossas universidades a jovens mexicanos ambiciosos e ensinar-lhes nosso modo de vida, nossos valores e o respeito à nossa ascendência política. [...] Ao fim de alguns anos, esses jovens ocuparão cargos importantes, a começar pela presidência. Sem que os Estados Unidos precisem desembolsar um único centavo ou disparar um único tiro, eles farão aquilo que queremos – e o farão melhor e com mais entusiasmo do que se poderia esperar de nós mesmos. (Gaudichaud 2015)

As universidades se abriram, mas os militares não baixaram as armas. Em 1927, na Nicarágua, os fuzileiros navais criaram a Guarda Nacional, entregando seu comando a ninguém menos que o futuro ditador Anastasio Somoza. Com a Guerra Fria, Washington desenvolveu uma nova doutrina, a da “segurança nacional”. A onda de choque da Revolução Cubana (1959), a propagação das guerrilhas marxistas –principalmente em El Salvador e na Colômbia– e da teologia da libertação, a tentativa de uma “via chilena rumo ao socialismo” (1970-1973) e a insurreição sandinista na Nicarágua (1979) inspiraram a cruzada anticomunista dos Estados Unidos (Gaudichaud 2015).

A atuação dos militares latino-americanos na defesa do subcontinente obedeceu a proposta de “pentagonização” do mundo ocidental. Nesse contexto, houve a rees-

truturação das instituições militares que se especializaram na difusão da hegemonia capitalista, mais do que nos assuntos de segurança, com foco no uso da violência, e seu consequente refinamento, como metodologia de contenção das oposições. A este processo, Juan Bosch denominou de *pentagonismo*,

Las fuerzas militares de un país pentagonista no se envían a conquistar dominios coloniales. La guerra tiene otro fin; la guerra se hace para conquistar posiciones de poder en el país pentagonista, no en un territorio lejano. Lo que se busca no es un lugar donde invertir capitales sobrantes con ventajas; lo que se busca es tener acceso a los cuantiosos recursos económicos que se movilizan para la producción industrial de guerra; lo que se busca son beneficios donde se fabrican las armas, no donde se emplean, y esos beneficios se obtienen en la metrópoli pentagonista, no en el país atacado por él. Rinde varias veces más, y en tiempo mucho más breve, un contrato de aviones de bombardeo que la conquista del más rico territorio minero, y el contrato se obtiene y se cobra en el lugar donde está el centro del poder pentagonista. Los ejércitos operan lejanos del país pentagonista, pero los aviones se fabrican en él, y es ahí donde se ganan las sumas fabulosas que produce el contrato. Esas sumas salen del pueblo pentagonista, que es al mismo tiempo, la metrópoli y por lo tanto asiento del poder pentagonista. (Juan Bosch 1958, p. 12)

A preparação da intelectualidade para trabalhar as dimensões necessárias ao Ocidente em plena Guerra Fria, criou os *think tanks*, ação articulada e paralela ao enredo de expansão da indústria bélica. À exacerbação do imperialismo com bases nacionais, agregado ao incentivo da acumulação de capital pelas empresas multinacionais, a historiadora Virginia Fontes denominou de capital-imperialismo. Com isso, houve certa transformação nos objetivos das organizações capitalistas. Segundo Fontes,

Novas características resultariam exatamente de sua dilatação em nova escala. A perpetuação da violência de classe se duplica pela disseminação de envolventes malhas tecidas por entidades cosmopolitas voltadas para o convencimento, tentando dissuadir a classe trabalhadora pela repetição *ad nauseam* de que este é o único modo de existência possível. Violência e convencimento seguem conjugados, na disseminação de verdadeiros exércitos compostos por tanques de pensamento (*think tanks*). Nunca foi indispensável, no entanto, a violência clássica do imperialismo, com repetidas e devastadoras agressões militares e imposição de ditaduras contra inúmeras revoltas populares em diferentes países. (Fontes 2010, p. 14)

O robustecimento da polarização violenta do mundo ocidental no pós Segunda Guerra Mundial criou as bases para a ampliação do capital-imperialismo e provocou a estruturação de uma miríade de iniciativas explosivamente anticomunistas conduzidas pelo aumento dos gastos militares, provocando o enriquecimento das agências de defesa por todo o mundo, preparando o terreno para que o capitalismo pudesse suportar a crise dos anos de 1970. O modelo estadunidense seguiu dando a tônica do processo. Suas principais expressões, o Pentágono e a Central de Inteligência Americana (CIA), se transformaram num empreendimento multimilionário capaz de conduzir uma tendência militarista crescente pelo mundo ocidental, influenciando círculos intelectuais. Em dados objetivos, as agências de segurança se transformaram na base do estado militarista estadunidense multinacionalmente dimensionado.

Já em 1960, o Pentágono possuía mais de trinta e dois milhões de acres de terra nos Estados Unidos e 2,6 milhões em países estrangeiros –área superior a dos estados de

Delaware, Connecticut, Rhode Island, New Jersey, Massachusetts, Maryland, Vermont e New Hampshire reunidos-. “Armas e equipamento militar”, nota a revista *Forbes*, “constituem um dos mais importantes itens das exportações dos Estados Unidos. Sem isto, poucas empresas de material bélico ganhariam todo o dinheiro que atualmente ganham”. De 1953 a 1967, os Estados Unidos venderam ou deram a outras nações cerca de trinta e cinco bilhões de dólares, a título de assistência militar; com isto, eles se constituíram no maior produtor e fornecedor de violência (Parenti 1970, p. 80).

O fortalecimento das receitas das agências militares estadunidenses e o auge do processo de distribuição de dinheiro em forma de assistência militar (1953-1967) inaugurou a primeira temporada de golpes e implantação de Ditaduras de Segurança Nacional, e foi, nesse contexto, que se estabilizou as bases de uma ação orgânica mais amplas e menos restrita aos círculos militares. As universidades não fugiram às preocupações dos intelectuais ligados ao capital-imperialismo. Pelo contrário, foram pressionadas e pressionados a arregimentar soluções que se articularam em torno da manutenção da hegemonia capitalista. Sofreram intervenções, tiveram seus intelectuais perseguidos, tudo feito tendo por base o militarismo e a imposição da hegemonia capitalista.

UNIVERSIDADES, ANTICOMUNISMO E DITADURAS NA AMÉRICA LATINA

O alcance das medidas militares visando estabelecer os parâmetros “(re)fundacionais” das sociedades latino-americanas sob as ditaduras de Segurança Nacional, tentou eliminar as oposições a todo o custo. O campo acadêmico, por exemplo, e o campo educacional como um todo sofreram com essa intervenção. A presença do pensamento crítico foi alarmada e combatido por organizações anticomunistas. Ao criminalizar o pensamento crítico, as entidades anticomunistas tentaram cercear as possibilidades de transformação social, fossem elas (as transformações) possíveis ou não.

As universidades foram submetidas à imposição de duras medidas de cerceamento dos preceitos democráticos, a exemplo do que também ocorreu entre os setores sindicais mais combativos, sem contar a proibição da atividade política. A perseguição aos docentes; os “desaparecimentos forçados” e torturados pelas ditaduras; os afastamentos e aposentadorias compulsórias; o esvaziamento dos conteúdos críticos; a desqualificação da política; o ataque ao caráter laico da educação pública, dentre outras medidas, objetivaram transformar a realidade educacional e cultural dos países latino-americanos. Segundo Padrós, analisando o caso uruguaio e indicando uma situação mais ampla acerca do problema,

A educação foi um alvo particular. Incorporando ou adaptando as premissas da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) ou do integrismo católico, os setores dominantes nacionais, que se sentiam ameaçadas com o clima de instabilidade resultante da crise e do avanço das reivindicações populares, passaram a perceber a laicidade, gratuidade e igualdade, fatores basilares do sistema de ensino, como “subversivo” e formador de “subversivos”. Desta forma, Universidade, as escolas secundaristas, a comunidade escolar e as atividades culturais vinculadas, foram iden-

tificadas como espaços e instituições de formação de “inimigos internos”, concretos ou potenciais, e como tal foram tratadas. Tal situação pode ser colocada sob uma perspectiva histórica maior, hemisférica, no bojo das complexas relações de subordinação e dependência entre a América Latina e Estados Unidos. A experiência confirmou: a educação e a cultura foram alvos estratégicos na imposição das ditaduras de segurança nacional. (Padrós 2011, pp. 13-14)

O epicentro da luta contra insurgente foi exportado para a América Central no final dos anos de 1970.⁹ Honduras, El Salvador e Guatemala foram laboratórios de desapareição forçada (mesma metodologia repressiva baseada no sequestro, tortura e assassinato de opositores às ditaduras que caracterizou o Terrorismo de Estado na Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai) deixando um rastro de milhares de desaparecidos.

Um dos pilares estratégicos da Liga Anticomunista Mundial (LAM), entidade surgida no contexto asiático dos anos de 1950, por exemplo, consistiu em sua proliferação por todo o mundo. Tratou-se de uma entidade multinacional cuja base de atuação se expandiu conectada com experiências de repressão recolhidas por todos os continentes, em especial, a Ásia setentrional, central e extremo oriente. Bem mais tarde, em 29 de agosto de 1972, estruturou-se a Confederação Anticomunista Latinoamericana (CAL) na Cidade do México, capital do país. Resultou de um experimento que coroou a existência da Federação Mexicana Anticomunista (FEMACO).

A FEMACO foi o resultado de ações orgânicas do anticomunismo mexicano, que se iniciaram nos anos de 1930, muito antes da própria LAM. Em sua origem encontramos uma agrupação católica opositora ao governo do Partido de la Revolución Mexicana (PRM), principalmente recalcitrante em relação ao projeto de educação popular no ano de 1933. A esta agrupação correspondeu o nome de Tecos, e suas principais reivindicações de oposição se erigiram sob bandeiras conservadores em relação à organização de demandas progressistas em âmbitos educacionais.

Los Tecos formaron parte de la amplia oposición católica que había combatido al proyecto de nación impulsado por los gobiernos emanados de la revolución mexicana. En la segunda mitad del siglo XX, los Tecos se incorporaron al movimiento anticomunista internacional mediante la FEMACO. A través de ella, criticaron a los obispos latinoamericanos que defendieron las reformas planteadas en el Concilio Vaticano II y a todos los miembros de la iglesia católica que mostraron comprensión hacia la lucha armada como método para combatir la injusticia y la desigualdad en Latinoamérica (Macedonio 2010, p. 135).

A FEMACO foi uma agrupação ponta de lança para a fundação da maior organização anticomunista dos anos de 1970 na América Latina, a Confederação Anticomunista Latino-americana (CAL). A CAL resultou da união de duas tendências tradicionais do anticomunismo subcontinental oriundos do México e da Argentina, sendo que as atividades educacionais, culturais e midiáticas foram alguns dos principais assuntos de

9 A pesquisadora argentina Julieta Carla Rostica (2018) produziu um estudo sobre as conexões entre a repressão guatemalteca e argentina. Segundo Rostica, a metodologia da desapareição forçada e a política do Terrorismo de Estado experimentada na Argentina, durante a ditadura de 1976 a 1983, foi exportada à Guatemala por meio dos treinamentos ofertados aos repressores guatemaltecos pelos repressores argentinos.

interesse do terceiro congresso da CAL, ocorrido no ano de 1977, na cidade de Assunção, Paraguai. Durante este congresso, a CAL passou a produzir documentos destinados a estabelecer certas metodologias de trabalho para a produção de estudos que procuravam subsidiar a atuação das entidades congêneres situadas no subcontinente. Os inúmeros documentos de trabalho do Congresso estão arquivados no *Archivo del Terror* situado no Palácio de Justiça da Capital Federal Paraguaia. São fontes primárias, documentos de resoluções de grupos de trabalhos destinados a sistematizar propostas de ações e delimitar temas de ativação e atenção do anticomunismo subcontinental.

Um documento de circulação interna do terceiro congresso da CAL denominado de “Primer documento básico para delegados al tercer Congreso de la CAL” esclareceu que, “Todos los miembros deberán participar en el Congreso como miembros del Pleno y deberán estar también adscritos a aquella Comisión más concorde con las actividades anticomunistas que realizan.” (CAL 1977, Roo108 Fo898). Ou seja, já no ato de delimitação dos participantes, cada delegação deveria encaminhar ao Grupo de Trabalho (GT) o delegado segundo aptidões e serviços já prestados ao anticomunismo. Em seguida, outra indicação importante. Trata-se da delimitação das Comissões que fizeram parte do Congresso com o intuito de disciplinar a participação dos delegados em seus respectivos GTs, cada um contando com a especificidade das deliberações segundo os campos de atuação da CAL. Tratavam-se de pontos de interesse da organização que foram herdados da estrutura do estatuto da Liga Anticomunista Mundial (LAM), instituição chefe do anticomunismo mundial, sendo que parcela significativa de seus temas e campos de interesse coadunavam com formas violentas e controladoras para a desarticulação de um inimigo em comum, o anticomunismo. Para este Congresso, foram delimitados os seguintes temas/campos de interesse,

Las Comisiones que habrán de integrarse en el III Congreso de la CAL son las siguientes: 1- Comisión de Organizaciones Cívicas Anticomunistas. 2- Comisión Mixta de Ciencia, Arte, Universidades y Escuelas. 3- Comisión Mixta de Prensa, Radio, Televisión, Editoras de Libros y Propaganda Impresa. 4- Comisión de Lucha contra el Clero Comunista Subversivo. 5- Comisión Empresarial y de la Pequeña Propiedad Agrícola. 6- Comisión de Asuntos Sindicales (acrécimo manuscrito). 7. Comisión Plenaria. 8- Comisión de Presupuestos e Auditoria. (CAL 1977, Roo108 Fo898)

A metodologia de trabalho da CAL funcionava da seguinte forma: após a delimitação dos delegados, convidados a partir das entidades que formavam parte da CAL, era enviada uma avaliação prévia de assuntos relacionados a Comissão da qual faria parte o delegado. Portanto, o Congresso era estritamente deliberativo, indicador da ação e sua consequente execução. O parágrafo seguinte do mesmo documento mencionou que,

La misión de cada una de estas Comisiones será la de estudiar las proposiciones concretas que hayan enviado quienes las integran y aquellas de quienes siendo Miembros de la CAL no hayan podido asistir al Congreso pero haya remitido sus ponencias, como lo ordenan los Estatutos, con la finalidad de concluir en resoluciones prácticas que resuelvan los problemas que plantean el comunismo y sus cómplices. (CAL 1977, Roo108 Fo898)

Na continuação, citaremos um trecho mais extenso do documento que delimita a metodologia, os temas e as intenções que se esperavam dos delegados, delegações, Comissões e demais participantes que se encaixassem nas modalidades e gêneros de convidados para o Congresso,

Podríamos señalar, por tanto, como temas para todos los delegados, aplicables a su respectiva Comisión, los siguientes:

1. Elaborar planes de acción para impedir que los Estados de la América Latina caigan en poder del comunismo, combatiendo al socialismo marxista en todos los órdenes y en todos los lugares hasta obtener su derrota final.
2. Elaborar planes de acción para ayudar a los Gobiernos y las organizaciones sinceramente anticomunistas en los esfuerzos que realicen para extirpar la subversión comunista en todos sus aspectos.
3. Elaborar planes de acción que conduzcan a la realización próxima de los fines de la CAL, que son los enunciados en el punto primero de la Carta de Principios. Esto significa, por ejemplo, que:

I. Los funcionarios universitarios y dirigentes estudiantiles que asistan al Congreso, y que formarán parte de la COMISIÓN CONTRA LA SUBVERSION EN UNIVERSIDADES Y ESCUELAS, pueden presentar proyectos de planes de acción para combatir y extirpar la subversión roja en esas Casas de Estudio.

II. Los periodistas que asistan al Congreso, así como quienes se dedican a la televisión y a la radio, y que formarán parte de la Comisión Mixta de Prensa, Radio y Televisión, podrán PRESENTAR PLANES DE ACCION RELATIVOS A LA FORMA DE CONTRARRESTAR EL EMPLEO DE ESTOS MEDIOS MASIVOS DE PUBLICIDAD, POR LOS COMUNISTAS COMPLICES, PARA:

A. desprestigiar mundialmente a los Gobiernos e Instituciones patriotas y anticomunistas, difundiendo toda clase de calumnias para echar contra ellos a todo el mundo, propiciando estrangularlos con un cerco internacional, político, económico y moral, que facilite su derrocamiento. B. desprestigiar en su propio país, los Gobiernos o Instituciones, y así facilitar su caída y su substitución por regímenes comunistas cómplices del comunismo. C. engañar a los pueblos, ocultando los defectos y fracasos de los regímenes marxistas y la maldad del socialismo colectivista, haciendo aparecer a éste como el sistema que traerá a los pueblos su mejoramiento y su felicidad; con el fin de facilitar el triunfo de este sistema, que esclaviza a las naciones y las sume en la pobreza y en la miseria. D. calumniar al régimen de libre empresa y propiedad privada y facilitar todos los fines perversos del comunismo, engañando a los pueblos mediante el uso masivo de la prensa, la televisión y la radio.

III. Los clérigos y los laicos tradicionalistas y anticomunistas, que asistan al Congreso, pueden presentar planes de acción, para combatir y vencer la acción subversiva del clero rojo, contra la Iglesia, contra los Gobiernos patriotas y anticomunistas, y contra las Instituciones del mundo libre.

IV. Los Editores de Libros, los expertos en propaganda impresa, y de otros medios de difusión y propaganda, pueden presentar planes de acción, para contrarrestar y vencer la propaganda mundial y local, que el comunismo y sus cómplices emplean en forma masiva, para hacer triunfar el marxismo totalitario y tiránico en todo el mundo.

V. En resumen, todos los asistentes al III Congreso de la CAL, pueden presentar planes de acción y proyectos de resolución, para combatir la acción del comunismo entre los obreros, los campesinos, la clase media, los intelectuales, artistas y técnicos, y todos los sectores sociales; pudiendo cada quien presentar dichos planes de acción, de acuerdo con su propia especialidad, en la correspondiente COMISION del Congreso que sea integrada por personas de dicha especialidad. (CAL 1977, R00108 F0898-0899)

Apesar do sistema de filiação ser um dos condicionantes para a recepção dos materiais de trabalho daqueles Congressos, resultados das avaliações realizadas na efetividade de cada Comissão, a delimitação da metodologia de participação nas deliberações procurou incentivar a participação de possíveis interessados que ainda não compusessem o quadro formal e associado à CAL. O documento também indicou certa flexibilidade no trânsito de deliberações entre os delegados das Comissões. Ou seja, a esta altura, as possibilidades de intervenções no quadro das plenárias da CAL passaram a contar com mais flexibilidade, já que a organização se dispôs a abrigar deliberações e ideias de participantes observadores.

Levando-se em consideração que desde 1974 a CAL, com apoio da LAM, já almejava a constituição de uma agência de informações próprias, nesse documento apareceu uma indicação importante sobre essa matéria: “Como se ha repetido, las Comisiones deliberarán solamente sobre proposiciones de planes de acción, por lo que todos aquellos trabajos que se refieren a estudios doctrinarios o teorías en general pasarán a formar parte del centro documental de la CAL” (CAL 1977, Ro0108 Fo900). Essa indicação reforça o caráter pragmático que se esperou do Congresso. Além disso, em alguns documentos deliberativos encontramos a indicação de um “centro documental”. Basicamente, os documentos que discutiremos a seguir levaram essa observação.

Ao analisar o resultado apresentado em plenária pelas Comissões que participaram do terceiro congresso, fica mais evidente a tentativa de síntese e aprimoramento das ações organizadas da CAL. Nesse sentido, todas as resoluções foram confeccionadas por grupos de trabalhos (comissões) que levavam a assinaturas de seus delegados, e que atuavam como organizadores (intelectuais orgânicos) da Confederação. Mas não foram só os delegados inscritos que opinaram quanto ao conteúdo destas Resoluções. Observadores externos (convidados informais) e não credenciados no Congresso, ligados aos mais diversos setores da sociedade civil, também auxiliaram nos trabalhos das Comissões, e se destacaram como importantes organizadores, e não como meros espectadores.

Alguns dos resultados daquele Congresso foram reunidos e descritos em um único documento dividido entre os mais diversos temas de preocupação da Confederação. O documento tinha como objetivo orientar os membros da Confederação quanto à unidade de suas ações. No índice deste documento, que apresento a seguir, se pode notar alguns dos resultados mais proeminentes do diagnóstico da conjuntura latino-americana avaliados pelos dirigentes da CAL e apresentados na Plenária final do Congresso, divididos em 12 pontos:

Comisión Plenaria

1. Promoción de la enseñanza en las escuelas de la realidad actual sobre el muro de Berlín
2. Recomendación a los países de América Latina de limitar en lo posible sus operaciones comerciales con los Estado Unidos y los países comunistas
3. Declaración de ilegal, de la intervención de la URSS y de Cuba Comunista en la cuestión de Belice

4. Estudio de la situación creada por el Gobierno de James Carter y la elaboración de una estrategia, elevando a consideración de los Jefes de Estado de los países afectados una recomendación en dicho sentido
5. Envío de un mensaje de protesta al presidente James Carter por la política exterior estadounidense respecto a los países latinoamericanos anticomunistas
6. Apoyo a los Gobiernos de Argentina, Brasil, El Salvador, Guatemala, y Uruguay por su actitud respecto a la administración Carter
7. "Expresar que el respeto a los derechos humanos constituye la esencia misma de los pueblos y gobiernos de América Latina..."
8. Constante apoyo a los Gobiernos que mantienen una política nacionalista y anticomunista
9. Protesta contra el gobierno del Presidente Carter por intentar suprimir la dependencia de los pueblos y por sus ambiciones dictatoriales
10. Pronunciamiento por que la administración actual de los Estados Unidos se abstenga de utilizar el tema demagógico de los Derechos del Hombre
11. Denuncia contra la conducta equivocada del Presidente Carter
12. Pública denuncia sobre la manobra procomunista del Presidente Carter. (CAL 1977, Ro0145 Fo947)

Uma das Comissões que mais nos chama à atenção em meio às inúmeras constituídas pelos congressistas foi a de Entidades Cívicas Anticomunistas. Esta Comissão organizou propostas de ações para que as entidades filiadas à CAL lutassem contra a política internacional do governo de James Earl Carter Jr. Como a pauta internacional daquele governo foi a defesa dos Direitos Humanos, havia um claro conflito de interesses com as aspirações da Confederação. Na perspectiva dos congressistas, a política de Jimmy Carter era complacente com o avanço do comunismo. Além disso, sugerimos que se tratava de uma posição estratégica da CAL denunciar a intervenção da pauta dos Direitos Humanos como uma forma de ingerência nas definições dos cenários nacionais, governados por dirigentes anticomunistas na América Latina. Os 14 pontos a seguir foram apresentados em plenária pela Comissão de Entidades Cívicas Anticomunistas:

Comisión de Entidades Cívicas Anticomunistas

1. Sostener, por parte de la CAL, del principio de independencia y soberanía de los estados latinoamericanos
2. Promoción en las escuelas, de la enseñanza acerca de la realidad actual sobre el Muro de Berlín
3. Organización, en todos los países latinoamericanos de un Movimiento del Nacionalismo humanista latinoamericano
4. Denuncia contra el gobierno de los EE.UU que carece de derecho y de autoridad para erigirse en juez de las naciones del mundo libre
5. Apoyo a la lucha del pueblo croata en su lucha por la libertad
6. Creación de centro de rehabilitación para jóvenes drogadictos
7. Declaración como ilegal e injustificada, la intervención de la URSS en cuestión de Belice
8. Asistencia a familias del campo
9. Se declara prejudicial el restablecimiento de relaciones diplomáticas con Cuba
10. Instar a entidades de la CAL a obtener de sus Gobiernos medidas contra la pornografía y la prostitución
11. Pronunciamiento en el sentido de que la actual administración norteamericana se abstenga de utilizar el pretexto demagógico de los Derechos del Hombre

12. Incorporación de la mujer en la lucha anticomunista
13. Enérgica condena de la permanente y flagrante violación de los derechos humanos y los actos de genocidio perpetrados por el comunismo internacional y sus cómplices
14. Se declara agresor y enemigo de los pueblos al régimen marxista-leninista de Cuba. (CAL 1977, Ro0145 F0948)

O cenário descrito nas propostas acima demonstra como a CAL procurou disputar a subjetividade de grupos, com foco em políticas filantrópicas, por exemplo, mas principalmente dedicadas às questões econômicas, políticas e sociais. Nesse sentido, junto ao ajuste estrutural dos Estados capitalistas em plena crise dos anos de 1970, abriu-se um espaço para que a CAL pudesse almejar ocupar-se de ações e áreas estratégicas tradicionalmente destinadas ao Estado. O que ressalta a tendência à privatização de certos espaços como tônica do próprio neoliberalismo.

Alguns dos temas de maior relevância para a CAL foi apresentado em plenária pela Comissão de Imprensa, Rádio e Televisão:

Comisión de Prensa, Radio y Televisión

1. Establecimiento de un sistema de comunicación con órganos de prensa afines a la ideología de la CAL
2. Apoyo publicitario a diarios latinoamericanos que asuman la línea de la Confederación
3. Petición al Presidente de Nicaragua, para que permita desde ese país un trabajo destinado a contrarrestar las emisiones radiales de Cuba comunista
4. Investigar a periodistas, locutores, escritores y comentaristas afectos al comunismo para desenmascararlos
5. Autorización a la CAL para que con la WACL funde una Agencia de Noticias con sede en América Latina
6. Establecimiento de una emisora de radio de alcance continental con asiento en uno de los países de la CAL
7. Ampliación de los campos de los medios masivos de comunicación para ayudar mejor la lucha anticomunista
8. Crear conciencia, por los medios de comunicación, respecto a lo necesario de la unidad latinoamericana en la defensa contra el comunismo. (CAL 1977, Ro0145 F0948)

Com a apresentação das estratégias acima, procurei evidenciar a necessidade de deslocar nossa avaliação a respeito da educação formal para compreender, com a ajuda das elaborações teóricas de Antônio Gramsci, a atuação dos intelectuais na organização de visões de mundo difundidas para educar o consenso. Assim, a imprensa e os meios de comunicações são importantes instrumentos de organização e difusão ideias condicionadas pela materialidade e necessidades do modo de produção como modos de vidas. Além disso, ainda no que se refere a CAL, é importante lembrar que o ensino superior foi um tema de grande relevância para seus membros.

Inúmeros representantes universitários e ligados às questões educacionais na América Latina participaram ativamente deste congresso, o que denota o grau de sofisticação que algumas entidades anticomunistas galgaram naquele período. Com isso, podemos notar que as questões de segurança nacional e sua difusão nos meios aca-

dêmicos e sua capilaridade no ramo educacional, resultou do grau de organicidade e dedicação de alguns dos intelectuais anticomunistas. Como exemplo, podemos citar a participação do casal Silvia Pinto Torres e Daniel Galleguillos, ambos jornalistas, que compuseram a delegação chilena. Silvia foi “eleita” deputada no parlamento chileno para o mandato de 1973-77 pelo Partido Nacional (PN) e, portanto, quando participou do Congresso da CAL o fez na condição de parlamentar chilena. Além disso, durante o pinochetismo, Silvia foi a editora chefe do jornal *La Nación* que se transformou em Diário Oficial da República Chilena após intervenção da ditadura em 1973 e mudança de nome para *La Patria* a partir de 1975.

CONCLUSÃO

O grau de sofisticação que CAL adquiriu nos anos de 1970 foi resultado da maturação do plano de domínio material e ideológico que o imperialismo estadunidense e associado foi capaz de atingir naquele período. As formas de dominação ideológicas que pesquisamos demonstram que o plano de contenção da revolução socialista foi ampliado a quaisquer formas de manifestações que pudessem fazer frente ao modelo econômico que se disseminou no subcontinente, como proposto pela DSN. As assimetrias que encontramos nas metodologias de aplicação dos preceitos neoliberais, por exemplo, não se sobrepujaram ao grau de conexão transcontinental que o anticomunismo foi capaz de articular como pauta programática de longo prazo ampliando, inclusive, a concepção do papel desempenhado pela educação e do papel desempenhado pelos intelectuais anticomunistas.

Ao conjugarmos fatores estruturais e ideológicos como elementos metodológicos de pesquisa histórica, nos aproximando, portanto, da concepção marxista de que a ideologia dominante é resultado dos interesses materiais da classe dominante, foi possível aferir que à materialidade do desenvolvimento da indústria bélica do pós-guerra foi correspondente à organicidade do anticomunismo, mas não de forma linear, e sim contextualizado nas políticas e programas de apoio aos governos marcadamente alinhados com o imperialismo, como era proposto pela CAL.

Por fim, não se pode deixar de dizer que as instituições de ensino são estratégicas para a conquista e expropriação da subjetividade da população, bem como para a definição de projetos hegemônicos. Portanto, elas correspondem, em grande medida, aos receituários tradicionais de defesa intransigente das pautas econômicas prioritárias/vencedoras em determinadas conjunturas, mas que sinalizam uma construção histórica, contraditória e dialética das transformações de programas e agendas de longo prazo. Concluímos, portanto, que o embate entre projetos hegemônicos, no caso do capitalismo defendido pela CAL e seu antípoda comunista, revela que a imposição do capitalismo seguiu a lógica violenta e expropriadora de conhecimentos e meios de produção que caracterizam, como avaliado por Marx e Rosa Luxemburgo, a lógica da acumulação ampliada do capital. Nesse caminho, as universidades, as escolas, as igre-

jas e os meios de comunicações, organizações e instituições que cumprem um papel educativo fundamental na organização da cultura, conforme sugerido por Gramsci, não escaparam à lógica de controle proposta por esta organização anticomunista. Os resultados desta iniciativa são conhecidos pela história e memória da violência das ações emanadas pelo anticomunismo e arregimentado pelas ditaduras.

BIBLIOGRAFIA

- ALLEN, J. S., (1947). O Plano Marshall. Problemas. *Revista mensual de cultura política*, nº 2.
- ANDERSON, P. 1995. Balanço do Neoliberalismo. Em E. SADER & P. GENTILI (orgs.), *Pós- neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BANDEIRA, L. A. M., 2003. *Brasil, Argentina e Estados Unidos – Conflito e integração na América do Sul (Da Tríplice Aliança ao Mercosul 1870-2003)*. Rio de Janeiro: Re-van.
- BOSCH, J., 1968. *El Pentagonismo*. Montevideo: El Siglo Ilustrado.
- BUCCI-GLUCKSMANN, C., 1980. *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BUGIATO, C., 2017. Kautsky e Lenin: imperialismo, paz e guerra nas relações internacionais. *Revista Novos Rumos*, vol. 54, nº 2, pp. 1-20.
- CAL. Documento Previo al 3º Congreso, 1977. (ARCHIVO DEL TERROR, R00108 F0898).
- CAL, 1977. Índice de las Resoluciones Plenarias al 3º Congreso. (ARCHIVO DEL TERROR, R00145 F0947).
- CAVALLO, A., 2008. *La Historia Oculta del Régimen Militar*. Santiago del Chile: Uqbar Editores.
- LEI DE SEGURANÇA NACIONAL (LSN). CPDOC/FGV. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/1/anos30-7/RadicalizacaoPolitica/LeiSegurancaNacional>. (Acesso em: 02/10/2018).
- DREIFUSS, R. A., 1987. *A Internacional Capitalista. Estratégias e táticas do empresariado transnacional. (1918-1986)*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo.
- FONTES, V., 2010. *O Brasil e o Capital-Imperialismo*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.
- GAUDICHAUD, F., 2015. De Santiago a Caracas, o golpismo de Washington. Disponível em: <http://diplomatique.org.br/de-santiago-a-caracas-o-golpismo-de-washington/>. (Acesso em 01/07/2017).
- MACEDONIO, M. N., 2010. Historia de una Colaboración Anticomunista Transnacional: Los Tecos de la Universidad Autónoma de Guadalajara y el gobierno de Chiang Kai-Shek a principios de los años setenta. *Contemporánea. Historia y problemas del siglo XX*, vol. 1, año 1, pp. 133-158.
- MENDONÇA, S., 2014. O complexo industrial-militar. *Anuário Janus*, pp. 112-113.
- PADRÓS, E., 2003. Capitalismo, Prosperidade e Estado de Bem-estar Social. En C. A. REIS FILHO, *O Século XX*. Rio de Janeiro: Record. pp. 227-266.
- PADRÓS, E., 2005. Como el Uruguay no Hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar. 2005. 2 v. 875 f. Tese de Doutorado em História. Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- PADRÓS, E. S. & RIBEIRO, M. V., 2012. Ditaduras de Segurança Nacional e Terrorismo de Estado. *Revista Espaço Plural*, vol. 13, nº 17, pp. 239-248.
- PADRÓS, E. S., 2013. *Cone Sul em Tempos de Ditadura: Reflexões e debates sobre a história recente*. Porto Alegre: EVANGRAF-UFRGS.
- PARENTI, M., 1970. *A Cruzada Anticomunista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- RIBEIRO, M. V., 2021. *A história da confederação anticomunista latino-americana durante as ditaduras de segurança nacional (1972-1979)*. São Paulo: Pimenta Cultural.
- RIBEIRO, M. V., WOLFART, C., & DA SILVA, M. A. B., (2020). Aspectos da “modernização” da agricultura durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985): vínculos, métodos e estratégias. *Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História*, vol. 68, pp. 79-112.
- ROSTICA, J., 2018. La Confederación Anticomunista Latinoamericana. Las conexiones civiles y militares entre Guatemala y Argentina (1972-1980). *Desafíos*, vol. 30, nº 1, pp. 309-347.

- SILVA, V., 2008. A Aliança para o Progresso no Brasil: de Propaganda Anticomunista a Instrumento de Intervenção Política (1961-1964). 241f. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS.
- VOZA, P., 2017. Intelectuais Orgânicos. Em G. LIGUORI, G. & P. VOZA, *Dicionário Gramsciano*. Rio de Janeiro: Boitempo. p. 431.